

CONSIDERAÇÕES SOBRE TECNOLOGIA E FUNCIONAMENTO DOS GÊNEROS DIGITAIS¹

Cleber Pacheco Guimarães (UFPE)

0. Introdução

Atualmente muito se discute, na academia, sobre gêneros digitais, hipertexto e letramento digital. Essas discussões são motivadas pelo espraiamento das tecnologias digitais por entre os mais diversos setores da atividade humana. Há uma profusão de estudos lingüísticos, hodiernos, buscando esclarecer o funcionamento da linguagem em ambientes virtuais. Alguns destes trabalhos utilizam, como aporte teórico, o que fora postulado — pelos mais diversos estudiosos da linguagem — sobre língua oral, língua escrita, multimodalidade e outros. Contudo alguns destes postulados requerem alterações e adendos para que contemplem de modo mais eficiente a interação mediada pelos modernos sistemas computacionais. O intento deste artigo é traçar as primeiras linhas a respeito da nossa visão do funcionamento dos gêneros digitais, numa discussão sobre aspectos dessa “nova forma” de comunicação que não puderam ser contemplados pelas teorias clássicas que versam sobre gêneros.

Nossa proposta é burilar adendos e tecer considerações sobre: as interfaces de produção e leitura dos gêneros; os programas e seus entornos virtuais; tecnologias que transportam gêneros; navegadores e linguagem HTML etc. Toda a reflexão objetiva um melhor entendimento das condições e dos mecanismos de produção/recepção dos gêneros no mundo virtual, para contribuir com literatura a respeito e, desta forma, facilitar o trabalho dos professores de língua com tais artefatos de interação.

A difusão da internet angariou bastante força e celeridade. Hoje é imperativo entender como funciona nossa cognição no ambiente virtual, e em que medida os programas influenciam nossa produção e interpretação textual. É em direção a este último aspecto, principalmente, que nosso trabalho caminha. Apesar da linguagem técnica incontornável, tentaremos tornar a exposição acessível a acadêmicos de Letras, pois somos lingüistas, e não cientistas da computação. Durante a exposição, utilizaremos *chat*, *e-mail* e fóruns, como exemplos, para facilitar o entendimento. Entretanto sugeriremos, ao final do trabalho, uma definição para *blog* à luz da teoria que aqui será defendida.

1. Entornos virtuais e as interfaces de produção e leitura

Todo programa de computador voltado à produção de textos possui um **entorno virtual**². Antes de prosseguir, precisamos esclarecer algo a respeito dos programas. Um *programa* é uma construção virtual, em determinada linguagem de computação, que tem finalidades específicas. Um jogo de vídeo-game é um programa, assim como um processador de textos, mas também os aplicativos o são, de modo que *programas* podem ser abertos em/por *navegadores web*. Resumindo e simplificando, navegadores, como o Internet Explorer, podem abrir aplicativos, podem abrir programas de computador.

O conhecimento deste fato é importante pelo seguinte motivo: muitos dos gêneros digitais estudados (*chats*, *blogs*, fóruns e outros) são produzidos/lidos em navegadores *web*. Quando se conversa em um *chat*, por exemplo, como o da UOL, está-se usando um programa de computador, um aplicativo aberto por um *navegador web* para que a conversação possa acontecer. É imperativo não pensar que usamos programas apenas ao produzir textos no

¹ O Presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - Brasil.

² Assumimos aqui uma noção multimodal de texto, na qual textos são artefatos lingüísticos munidos também com material não-verbal. A terminologia *entorno virtual* é emprestada de Marcuschi (2005).

Microsoft Word, no MSN etc. Ao acessar o site de um servidor de *blogs* e escrever uma postagem, também se está utilizando um aplicativo, um programa de computador.

Podemos afirmar que todo texto produzido num computador vai ser, deste modo, condicionado por um **entorno virtual**. Devemos, destarte, estudar estes entornos para compreender os gêneros digitais, e não somente estudar os artefatos lingüísticos já produzidos.

Neste momento, é pertinente introduzir uma nova terminologia concernente aos programas que produzem e/ou reproduzem gêneros digitais: **interface de produção** e **interface de leitura**. Primeiramente, uma breve definição para *interface*.

Uma interface — num ambiente computacional — são as formas e os signos que o sistema disponibiliza na tela do computador para que os usuários usem o próprio sistema e os programas. O Windows XP apresenta uma interface diferente do Windows Vista; o *chat* da UOL tem interface distinta da apresentada pelo *chat* do Yahoo!.

A **interface de produção** (daqui para frente IPR)³, para um gênero digital, confunde-se com o próprio entorno virtual. A IPR é a “face” dos programas onde damos à luz os textos. Vejamos, na *figura 01*, a IPR de um programa de *e-mail*:

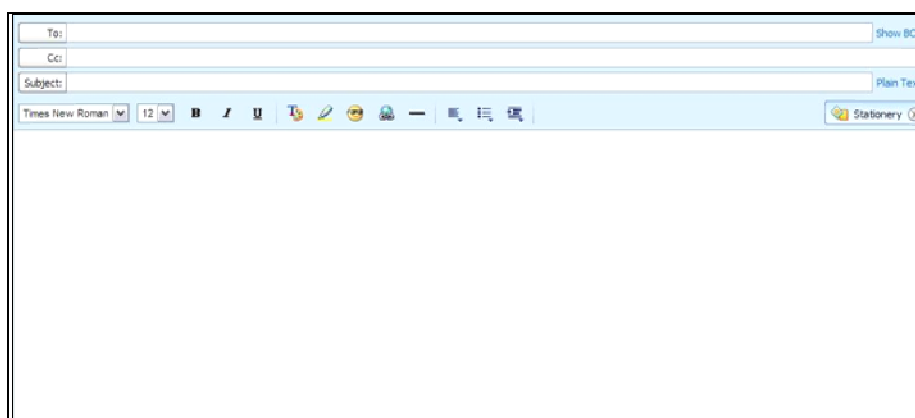


Figura 01

É na IPR que *produzimos* os gêneros digitais, e nela somos condicionados pela configuração formulaica do aplicativo e pelas amarras do gênero. É por causa da IPR de um *chat* (*figura 02*) que, mesmo que tentássemos subverter os aspectos discursivos do gênero, não conseguiríamos. Por exemplo: é praticamente impossível produzir textos longos num *chat*; não é possível por causa das amarras da IPR, que não foi engendrada para a redação de textos extensos.

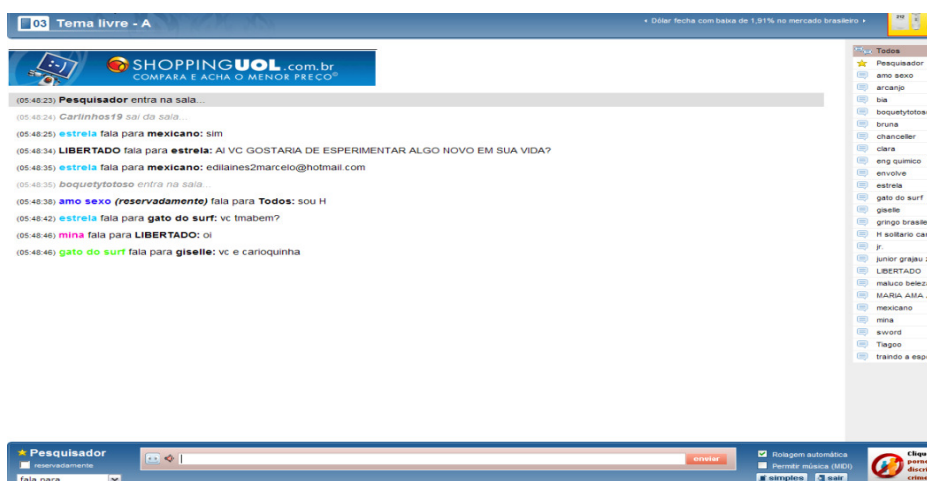


Figura 02

³ Preferimos a sigla IPR para que não haja confusão com a sigla IP (Internet Protocol), de semântica diversa.

A **interface de leitura** (doravante ILE) é bastante conhecida por nós, lingüistas. A maioria dos trabalhos, que analisam gêneros nos ambientes virtuais, faz seus exames e pesquisas no que é apresentado pela ILE. A ILE não gera amarras ao locutor/produtor, é apenas um *output*, a forma de saída que os gêneros assumem quando brotam dos programas, quando saem dos entornos virtuais. Para facilitar o entendimento, disponibilizamos a IPR de um *blog*, na *figura 03*, e a ILE deste mesmo blog na *figura 04*. Note como o entorno no qual o texto é produzido (IPR) difere substancialmente da forma como o texto é apresentado (ILE).



Figura 03

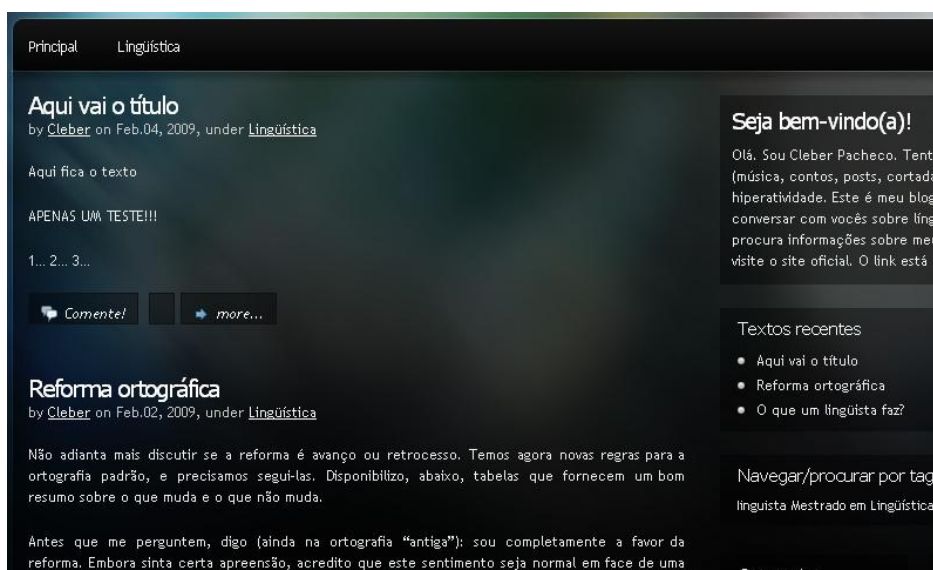


Figura 04

A IPR do *blog* (*figura 03*) assimila-se a um formulário num papel comum, inclusive na utilização do branco como cor predominante. Por outro lado, depois de pronto, o texto é publicado na ILE do *blog* (*figura 04*), que pode ser acessada por qualquer pessoa que use um *navegador web*. Aquele texto, que fora produzido num formulário, juntou-se, no *blog*, a diversos outros textos já postados, adquiriu um formato e cores diferentes, recebeu adições do sistema (como a indicação do autor, a data da publicação, uma *tag* que indica a categoria e o *link* para que leitores comentem o texto). É válido, neste momento, lembrar Marcuschi (2005:30) quando afirma que, em última análise, “todos os gêneros produzidos no contexto da

mídia virtual têm um sabor de **formulários** a serem preenchidos discursivamente e não de múltipla escolha”.

É de fundamental importância que se atente para as interfaces de produção e leitura. No caso específico dos *blogs* e dos fóruns, é um equívoco efetuar estudos no material coletado na Internet como se ele tivesse sido produzido já naquela forma. Quando se escreve num papel branco, o que vai ser lido é exatamente algo escrito (e como fora escrito) num papel branco. Quando digitamos no fundo branco de um programa — por exemplo, de *blog* —, o que vai ser lido na ILE pode ser um texto com fundo azul, rosa, ou até mesmo com uma figura no fundo; pode ser um texto ladeado por uma caixa que toca um programa de rádio. Enfim, é gritante que as condições de produção textual — a maneira de semiotizar — são consideravelmente diferentes. No caso de um *blog*, a escolha do tema (cores de fundo, *layout*, aspectos composicionais e outros) é geralmente realizada na construção do *site* (e não em cada momento de produção textual), e gera uma semiose específica que precisa ser considerada de maneira peculiar. No fórum, a volição do produtor do texto parece ser mais débil, visto que as configurações da ILE (o layout do fórum) é determinada pelo dono/mantenedor do fórum, e não por cada produtor/contribuinte individualmente. Vê-se que não podemos trabalhar, em hipótese alguma, com tecnologias e gêneros digitais como se fossem textos não-digitais. Não podemos desconsiderar as novas condições de produção, os entornos virtuais que condicionam estes artefatos lingüísticos, tampouco as tecnologias e suas interfaces de produção e de leitura.

Voltemos às interfaces. Alguns programas possuem uma IPR igual à sua ILE. Nestes programas, o mesmo entorno virtual no qual se criam (ou co-criam) os textos, é o local em que os textos serão lidos.

Observe-se o caso dos processadores de texto. Quando escrevemos um artigo no Microsoft Word, e enviamos este trabalho a um colega, este colega abrirá o arquivo no próprio Word ou num processador de texto similar, de entorno virtual análogo. Quando interagimos num *chat*, participando da co-criação textual, inserimos nossos enunciados por intermédio de um determinado entorno virtual (o programa da UOL por exemplo) e, neste mesmo entorno, nós lemos a co-produção. Tais programas — e seus respectivos entornos — são de interface única (IPR igual à ILE). Pelo que podemos prever, com os óculos teóricos do que foi até agora defendido, parece-nos que o estudo dos gêneros que apresentam interfaces únicas se mostrará, num futuro não muito distante, um tanto menos complicado.

2. Gêneros *versus* tecnologia

Começemos com um simples exemplo para facilitar o porvir. Imagine um *vizinho A* entregando uma bula de remédio ao *vizinho B* que está curioso para saber quais são as substâncias de um determinado medicamento que o *vizinho A* toma. O *vizinho A* decide pôr, dentro da bula, um panfleto de propaganda de uma casa noturna que ele pretende visitar com o amigo. O *vizinho B* vai receber então uma bula de remédio que *carrega* uma propaganda.

O ato narrado acima, o “carregamento” ou transporte de gêneros, é uma constante no mundo virtual. Esta possibilidade é proporcionada pela tecnologia telemática. Como tratamos de uma maneira de se comunicar relativamente nova — a comunicação mediada por um computador, que levanta embates sobre o que havia sido postulado para fala e escrita, que nos obriga a extrapolar o nível lingüístico e considerar a multimodalidade —, a tendência é que se confundam os gêneros nos ambientes digitais, e não somente entre eles, mas com a própria noção de suporte e de tecnologia.

Adotaremos o gênero *e-mail* como exemplo facilitador para a compreensão deste item, assumindo que *e-mail*, por ser gênero, possui propriedades funcionais e *formais*. Não podemos, numa revolta antiformalismo, desconsiderar os aspectos estruturais dos gêneros, como se estes vivessem no éter discursivo ou das ideologias. O bom-senso acadêmico, compulsoriamente, leva-nos a considerar também os aspectos composicionais, recorrentes, e as seqüências lingüísticas típicas de cada gênero. Os gêneros moldam — numa maneira recorrente socialmente construída — os discursos para que eles se realizem como textos numa situação sócio-histórica

específica. Embora este não seja o foco deste trabalho, vejamos, para que possamos prosseguir, o que defende Marcuschi (2008:86):

Veja-se, por exemplo, o caso de se querer produzir um *cardápio*. Isto vai exigir um tipo de configuração, ações discursivas e seleções de toda ordem bastante limitadas. Não se pode fazer qualquer coisa. O mesmo seria o caso de se produzir *notas de aula*. Todos os que estão em sala de aula tomando nota vão seguir um processo de esquematização muito similar. Também um *artigo científico* seguirá uma espécie de roteiro que deve desenvolver um conjunto de esquemas e de configurações bastante nítidas.

Da mesma forma, não se pode fazer qualquer coisa quando se escreve um *e-mail*. Espera-se, nas mais das vezes, que ele seja breve; que contenha, pelo menos, seqüências que indiquem saudação, ou despedida, enfim, que o texto siga a configuração de um *e-mail*. É o aspecto formal do gênero.

Lembre-se da bula de remédio que *carrega* uma propaganda em anexo; a bula não sofre transmutação, não se torna uma propaganda; ela continua sendo uma bula de remédio. O **entorno virtual** do programa de computador em que você redige o *e-mail*, oferece a possibilidade de anexação de outros gêneros, seja como um “anexo normal” ou no próprio corpo da mensagem. Não importa se o programa é o Outlook ou o de um ambiente baseado na *web*, — em que acessamos uma página para redigir a mensagem (e.g. Yahoo!, Gmail, BOL e outros) —, sempre teremos a possibilidade de enviar outros gêneros no corpo do *e-mail*. Para que as coisas comecem a se desentrelaçar, note que, quando se diz que vamos acessar um *e-mail*, estamos falando do acesso ao entorno virtual, ao programa — e não ao gênero —. Nós acessamos um programa leitor/produtor de *e-mails* para ler/redigir os *e-mails* enquanto gênero.

Repare que o entorno virtual para a composição de *e-mails* possibilita tanto a redação de mensagens quanto o envio de *e-mails* sem que “*e-mails* de fato” sejam escritos. Se colamos/escrevemos um poema no corpo da mensagem e a enviamos, sem que esta mensagem contenha características formais/recorrentes de um *e-mail*, não estaremos enviando um *e-mail enquanto gênero*; estaremos *apenas* utilizando a tecnologia de transmissão de *e-mails* (em que indicamos um endereço eletrônico com arroba) para enviar tal poema a outro(s) computador(es). Um “*e-mail* de fato” é, formal e funcionalmente, como já discutido por estudiosos alhures, bastante similar à sua contraparte: a carta.

Aqui temos uma primeira separação que é funcional para outros gêneros e tecnologias digitais. Dicotomias nem sempre são interessantes, mas precisamos separar *gênero* de *tecnologia*, embora a tecnologia auxilie na produção de gêneros digitais.

Temos o entorno virtual (de um programa, que é uma tecnologia) no qual produzimos as mensagens eletrônicas (o gênero, neste caso, *e-mail*), e este entorno é também conhecido pelo nome *e-mail*. Existe o *e-mail* que é *gênero textual* (a mensagem), e existe o que chamamos de *e-mail* e é uma *tecnologia* para transmissão de mensagens/dados digitais. Por isso, podemos utilizar o *e-mail* (tecnologia) para enviar fotos, panfletos e afins, sem digitar uma linha de texto qualquer, basta que anexemos estes arquivos ao corpo da mensagem.

Da mesma forma, *blogs* e fóruns “carregam” diversos arquivos digitais em sua ILE, porém estes arquivos não se agregam para formar o gênero *blog* ou o gênero fórum. Os gêneros num *blog*/fórum não interagem como os gêneros intercalados de Bakhtin (1993) que formam os romances. Não há vários gêneros e várias vozes trabalhando na configuração de um único gênero. Em trabalho a ser publicado, defendemos, à luz da Linguística Sistemico-Funcional, que os textos nos *blogs* não se co-constituem sob uma configuração contextual única, como acontece nos *chats*. Esse fator, por si só, já impossibilitaria uma definição de *blog* enquanto gênero, visto que todo gênero se realiza num contexto⁴. Acreditamos que o mesmo raciocínio pode ajudar a definir os fóruns. O que difere *blog* e fórum de *e-mail*, no que diz respeito à anexação de arquivos ou de outros gêneros digitais, é que os *blogs* e os fóruns não enviam os arquivos para outros endereços, não utilizam tecnologia de envio de mensagens (SMTP,

⁴ O artigo mencionado está para ser publicado nos anais da XXII Jornada Nacional de Estudos Linguísticos - GELNE 2008, sob o título “Blogs: gêneros textuais?”.

POP3/IMAP), eles apenas postam os arquivos em sua ILE, que é engendrada basicamente em HTML, para que os arquivos possam ser acessados por navegadores como o Internet Explorer.

Também é preciso, neste instante, tentar clarear a noção de **suporte**. Nenhum programa de computador é um suporte. Nossa posição é divergente da interessante visão de Souza (2006) que vê o *software* como suporte. Para nós, o suporte, quando tratamos de tecnologias digitais, **vai sempre ser a tela** (seja ela a tela que recebe os elétrons provenientes do tubo catódico dos monitores analógicos, a parede/tela que recebe a projeção de *datashow*, ou os cristais que formam as imagens nos monitores e visores LCD).

3. A linguagem HTML

A linguagem HTML talvez seja a grande “vilã” para os estudos sobre os gêneros digitais, pois é a linguagem utilizada na criação de páginas para a Internet. Significa “Linguagem de Marcação de Hipertexto” e, agregada a outras linguagens computacionais, propicia ao hipertexto, além da possibilidade de manter elos com outros arquivos digitais, o seu caráter hipermodal. É por causa da HTML e de suas agregadas (Java, DHTML e outras) que vemos, nos nossos *navegadores web*, textos em movimento, vídeos dentro de *blogs*, sons nos *e-mails*, botões de interação nos *sites* etc. É por causa dela, que nos deparamos, no ambiente virtual, com gêneros dentro de gêneros, arquivos digitais dentro de gêneros, arquivos digitais em programas, e temos dificuldade de discernir quem é quem, o que é o quê.

No início, *e-mails* não utilizavam linguagem HTML, o que tornava impossível o envio de mensagens que explorassem a hipermodalidade⁵. *E-mails* eram apenas textos escritos, artefatos “monomodais”, de forma bastante similar às cartas. Atualmente páginas HTML inteiras podem ser enviadas por *e-mail*. Retomando o tópico anterior, poderíamos lembrar que hoje lojas enviam catálogos, propagandas, com muitas imagens de seus produtos aos nossos *e-mails*. Isso só é possível porque os *programas de e-mail* lêem a linguagem HTML. Novamente temos o *e-mail* (neste caso, a tecnologia, não o gênero) transportando gêneros.

4. As entidades digitais

Tentaremos, neste momento, adequar a noção de *blog* à teoria defendida neste trabalho. O nosso intuito não é ensinar o que é um *blog*, em outras palavras, a discussão que segue é dirigida àqueles que já conhecem minimamente os *blogs*. Em nossa visão, *blogs* e fóruns são programas/aplicativos, e não gêneros. Também, numa perspectiva similar à de Marcuschi (2005:25-26), não consideramos gêneros os *sites* (as páginas da *web*). *Chats* e *e-mails* existem enquanto gêneros digitais — além de existirem enquanto tecnologias, programas —, porém, infelizmente, devido ao pouco espaço neste artigo, deter-nos-emos aos *blogs*.

4.1. Blogs

Um *blog* é, para quem o lê, a ILE do que fora produzido num entorno virtual específico. Tal interface é edificada sobre os mesmos códigos (HTML em sua maioria) que constroem as *páginas da web* (*sites*), por isso o *blog* é visualizado em um *navegador web* (e.g. Internet Explorer). Um usuário decide o que quer postar, sejam textos ou arquivos digitais, e sua postagem será organizada cronologicamente num *tipo de site* de estrutura recorrente, o *blog*.

O programa de um *blog* possui uma tecnologia que trabalha com as duas interfaces separadas. O *layout* da ILE é configurado geralmente na criação *on-line* do *blog*. É neste momento que se escolhem os modelos, as cores e formas do *blog* em sua completude.

⁵ Hipermodalidade é por nós vista como a multimodalidade característica do hipertexto, que além da “multimodalidade convencional” proporciona condições para a utilização de som e vídeo.

Em sua fase incipiente, o *blog* não contém textos na área de postagem, que é o canal enunciativo principal da página. Com o tempo, postagens são criadas na IPR e então adicionadas à ILE por intermédio do programa — as postagens podem ser textos escritos na própria IPR, textos “colados”, vídeos adicionados, arquivos de som, enfim, qualquer arquivo digital —. As postagens atendem aos intentos, naquela data, do(s) mantenedor(es) do *blog*. Como são aplicativos (programas) para facilitar a publicação de arquivos digitais em tipos específicos de *sites*, os *blogs* não apresentam propósito comunicativo. Quanto ao caráter de programa dos *blogs*, assim se posiciona Primo:

É preciso que fique claro que *blogs* são *meios de comunicação*. A criação de um blog/espço não determina necessariamente se ele será mantido de forma individual ou coletiva, tampouco se servirá a interesses lúdicos ou comerciais. Ao se *instalar um blog/programa* em um servidor ou passar a se utilizar um serviço gratuito (como Wordpress.com ou Blogger.com) *não se está subscrevendo um compromisso com este ou aquele estilo literário*. Logo, definições que caracterizem *blogs*, por exemplo, por produção individual, de tom confessional, por uma determinada faixa etária, não passam de postulados generalistas. São, portanto, visões essencialistas que, no fundo, servem apenas a intenções normativas (que visam impor como *blogs* “deveriam” ser) ou a críticas fáceis (como “*blogs* nunca tem credibilidade”). (PRIMO, 2008) [grifos nossos]

Primo (op.cit.) não afirma, em seu trabalho, que *blogs* não são gêneros. Todavia, o autor dispara consideravelmente na frente quando reitera, ao longo de seu texto, que *blogs* são programas. Afirmamos que é por este motivo que eles não estabelecem “um compromisso com este ou aquele estilo literário”. Como não são gêneros, não há como se falar previamente em conteúdo ou estilo algum.

Como já fora indicado, existe um trabalho no qual defendemos que *blogs* não são gêneros, porém não temos espaço aqui para mostrar toda a argumentação. Por enquanto, pensemos numa professora que pede a um de seus alunos, minimamente letrado digitalmente, que escreva um *e-mail*, sobre qualquer assunto, para o presidente do Brasil. Esse aluno sentirá, durante a produção, as amarras do gênero, pois terá de se adequar as configurações características de um *e-mail* (já comentadas neste trabalho). Todavia, se essa professora tivesse pedido um texto para *blog*, quais seriam as amarras conferidas ao aluno? O texto teria de ser breve ou longo? Como se começa um texto para um *blog*? Como se termina? Que tipo de registro seria usado? Que forma composicional? E se o aluno preferisse não escrever, mas postar um vídeo no qual se dirigiria ao presidente? E se ele preferisse pôr um arquivo de áudio? O produtor não sentirá as amarras porque não existe o gênero *blog*.

No que concerne exclusivamente aos leitores, *blogs* são tipos de *site* que possuem uma estrutura organizacional recorrente, visto que as postagens, o perfil do(s) dono(s), os arquivos, os *links*, os favoritos, todos costumam se apresentar de forma semelhante na maioria desses *sites*.

Os *blogs*, em sua forma de exposição (ILE), ou seja, enquanto tipos de *sites*, geralmente fornecem aos leitores a opção de comentar os textos postados. Acreditamos que estes *comentários* podem sim vir a ser gêneros digitais, por se apresentarem como formas tipificadas de interação no *blog*, e por possuírem propósitos comunicativos perceptíveis, delineados.

5. Considerações finais

A tese que perpassou esse trabalho é a de que os gêneros e as tecnologias supracitadas — lembrando que não vemos *blogs* e fóruns como gêneros, e sim como programas/aplicativos — apresentam duas interfaces: uma para a produção e outra para a leitura. Em alguns casos, as duas interfaces se mesclam, e apresentam-se juntas; é o caso dos *chats*. Os programas possuem **entornos virtuais** — terminologia marcuschiana —, que configuram a **interface de produção**, e determinam amarras específicas aos gêneros digitais. Os *e-mails* e os *chats* também recebem outros condicionamentos, visto que, além de darem nome a programas, também são gêneros

digitais. Na verdade, a **interface de produção** dos *blogs* e dos fóruns serve apenas para a redação de gêneros desirmanados — que, por vezes, podem parecer agir em harmonia, soar como um todo — e para a anexação de arquivos digitais. A **interface de leitura** desses aplicativos é comumente edificada em código HTML, desta forma a maioria dos gêneros e tecnologias, que neste trabalho são citados, são recebidos e lidos em navegadores *web* (e.g. Internet Explorer).

Deste modo, numa tentativa de colaborar com os estudos sobre os gêneros digitais, afirmamos que, além das características e peculiaridades convencionais que possam vir a ser adotadas pelos estudiosos de gêneros, não importando a que escola (genebra, norte-americana, Bakhtin etc.) os pesquisadores estejam ligados, os estudos sobre os gêneros digitais devem sempre considerar as noções (re)ativadas neste trabalho (os entornos virtuais, as interfaces, os programas, o transporte de gêneros, o suporte e outros). Por exemplo, concorde o leitor ou não que *blogs* não são gêneros, é fácil visualizar o reflexo deste posicionamento nas escolas. No nosso ponto de vista, quando um professor tem uma visão essencialista de *blog* — como defendeu Primo (op.cit.) —, tal qual a arcaica definição de *blog* como *diário virtual*, tratará o *blog* de maneira simplista e restritiva, tosando as possibilidades de utilização desta poderosa tecnologia. Os próprios alunos, se minimamente letrados, não se adaptarão às definições propostas pelos docentes. A nosso ver, trabalhar *blogs* como o que realmente são — programas — pode acarretar trabalhos mais frutíferos, visto que os textos e os gêneros vão continuar a ser postados, junto a arquivos (fotos, músicas, vídeos etc.), e vão atender aos propósitos escolhidos por quem adotou um *blog* — como uma ferramenta — para a expressão.

Não obstante a tecnologia condicionar os gêneros, o entendimento da fissura entre os dois (tecnologia vs. gênero), proposta neste artigo, é bastante necessário. Quando se analisa uma imagem que foi enviada por *e-mail*, não é preciso preocupar-se para entender este “novo *e-mail*”. Não é uma nova “espécie de *e-mail*”. O que está sendo analisado é apenas uma imagem transferida de um computador ao outro pelas vias da tecnologia SMTP/POP3. Só haverá *e-mail* (o gênero) se material lingüístico for concebido conforme as amarras do gênero.

Futuramente, daremos seqüência a um trabalho que nos soa imperativo: a análise de outros gêneros e tecnologias à luz do que fora pensado neste artigo. Assim poderemos dar continuidade a um trabalho bastante incipiente, preencher suas lacunas, localizar equívocos, enfim, configurar um quadro teórico que possa, junto ao já postulado sobre gêneros, propiciar um entendimento mais eficaz da comunicação mediada por computador.

Referências bibliográficas:

BAKTIN, Mikhail. 1993. O discurso no romance. In: *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 3. ed. São Paulo: Ed. Unesp/Hucitec.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. 2005. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L. Antônio, XAVIER, A. Carlos (orgs). *Hipertexto e Gêneros Digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna.

_____. 2008. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial.

PRIMO, Alex . 2008. *Blogs e seus gêneros: Avaliação estatística dos 50 blogs mais populares em língua portuguesa*. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom 2008, Natal. Anais.

SOUZA, A. G. de. (2006) Software e hipermídia. In: *anais do II Encontro nacional sobre hipertexto*. Universidade Federal do Ceará. Disponível em: [<http://www.ufpe.br/nehete/hipertexto2007/anais/hipertexto2007.html>] Acesso em 18/09/2008.